



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS
TRABALHO FINAL DE MESTRADO
O Impacto de Ajuda Externa sobre o Crescimento Económico dos Países de
CEDEAO

Albino da Silva

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR HORÁCIO CRESPO PEDROSA
FAUSTINO

Setembro 2013



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

**MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
O Impacto de Ajuda Externa sobre o Crescimento Económico dos Países de
CEDEAO**

Albino da Silva

ORIENTADOR: PROFESSOR HORÁCIO FAUSTINO

Setembro 2013

Dedico ao meu pai Lourenço da Silva e a minha mãe Silvéria Pereira que me apoiaram desde a infância.

Agradecimentos

Como sempre, primeiramente à grade Deus, que sempre esta no meu lado ajudando a trilhar o difícil caminha e tornar os meus sonhos em realidade da vida.

À minha avó e à minha mãe, por serem grandes incentivadoras em minha vida e exemplos de garra, Obrigado.

À minha família, esposa, filhas e filhos, por todo amor e compreensão que têm-me dado. Obrigado, minhas queridas.

Aos meus irmãos e irmãs pelos grandes incentivos ao longo desses anos de distância indesejável.

Aos meus tios e tias, primos e primas pela significativa contribuição. Obrigado, queridos.

Aos demais parentes, sem citar os nomes, aos quais eu sou muito grato.

Ao meu querido orientador, professor Horácio Faustino, que me deu exemplos de sabedoria e muita paciência neste trabalho. Obrigado.

Aos meus queridos amigos que fiz em Portugal: conterrâneos e portugueses, que fizeram parte da minha vida durante este processo de formação acadêmica.

Às demais pessoas que passaram pela minha vida e que me ajudaram na concretização deste sonho.

Especialmente ao meu grande amor, Rosa Mendes, a pessoa que divide essa vida e que me ama muito. Te amo amor da minha vida.

Índice

Índice de Quadro e Figuras	6
1 Introdução.....	9
2. Revisão da literatura.....	14
2.1 A visão de autores sobre a abertura ao comércio internacional.....	15
2.2 Teoria da integração económica.....	17
2.3 Os debates sobre a eficácia da ajuda externa.....	21
2.4 Debates sobre a ajuda após os anos 90.....	24
3. Metodologia.....	25
3.1. Bases de dados.....	25
3.2. Modelo empírico.....	25
3.3 Especificação do modelo econométrico do crescimento económico e definição de variáveis e sinais esperados e obtenção dos dados.....	27
4. Análise dos resultados.....	30
5. Principais conclusões, reflexões e pistas de trabalho futuro.....	34
5.1 Principais conclusões.....	34
5.2 Reflexões	35
5.3 Pistas para um trabalho futuro.....	37
Referências bibliográficas.....	38
Anexos.....	41
Anexo I. Saldo da Balança Corrente (% do PIB 2005-2011).....	41
Anexo II. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/1990-2010)	41

Índice dos quadros e Figuras

Figura 1. Variação da Ajuda externa e do <i>PIB per capita</i>.....	12
Quadro 1 Estatística descritiva.....	30
Quadro2 Matriz de correlação.....	31
Quadro 3 Resultados das estimações das equações 1 e 2.....	32

Resumo: Este trabalho teve como objetivo de analisar os impactos da ajuda externa sobre o crescimento económico dos países da CEDEAO, entre os períodos de 1990 a 2011. A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa. Realizou-se um trabalho de revisão bibliográfica dos assuntos que versam sobre esse tema. Partiu-se de uma crítica aos programas de ajuda externa destinado aos países em via do desenvolvimento, como é o caso dos países da CEDEAO, e apresentam-se algumas reflexões a esse respeito. Traça-se um panorama que analisa a inserção das organizações de ajuda externa no mercado mundial e no processo de globalização, e apontam-se algumas estratégias adotadas por estas organizações para se inserirem no mercado mundial. É feita uma síntese sobre a história da ajuda externa no quadro do sistema produtivo capitalista e sobre a discussão no meio científico acerca da relação entre a ajuda externa e o crescimento económico. A dissertação pretende questionar a eficácia dos programas de ajuda para o crescimento e o desenvolvimento económico dos países da CEDEAO. Para isso formulou e testou essa hipótese explicativa através da especificação de um modelo econométrico utilizando dados de painel e o estimador de efeitos fixos. Outras variáveis de controlo, que influenciam o crescimento económico foram, também, introduzidas no modelo. Os resultados sugerem que o aumento da ajuda externa a estes países, em vez de contribuir positivamente para o aumento do PIB *per capita*, tem um efeito negativo no crescimento económico destes países. Assim, o programa de ajuda externa está, ainda, longe de ser um instrumento adequado e justo para o desenvolvimento económico e social destes países. Quanto ao investimento directo estrangeiro em percentagem do PIB, o seu aumento contribui positivamente para o crescimento económico dos países da CEDEAO. Quanto às exportações em percentagem do PIB, o seu aumento tem tido um efeito negativo no crescimento económico. Este último resultado não era teoricamente esperado.

Palavras-Chave: CEDEAO; impacto da ajuda externa; crescimento económico; integração económica; país em desenvolvimento.

Abstract: This study aimed to analyze the impact of foreign aid on economic growth of ECOWAS countries, between the periods 1990 to 2011. The research is qualitative and quantitative. We conducted a literature review of work issues that deal with this theme. Starting from a critique of foreign aid programs for countries in the process of development, as is the case of ECOWAS countries, the dissertation presents some thoughts about this subject. The dissertation draws up a panorama that analyzes the inclusion of foreign aid organizations in the world market and the globalization process and point to some strategies adopted by these organizations to fit into the world market. We made a synthesis of the history of foreign aid under the capitalist system of production and on the discussion in the scientific community about the relationship between foreign aid and economic growth. The dissertation aims to question the effectiveness of aid programs for growth and economic development of the countries of ECOWAS. For that, it was formulated and tested this explanatory hypothesis by specifying an econometric model using a panel data model and a fixed effects estimator. Other control variables that influence economic growth were also introduced in the model. The results suggest that increased foreign aid to these countries, rather than contributing positively to the increase of GDP per capita, have a negative effect on economic growth of these countries. Thus, the foreign aid program is still far from being an appropriate and fair tool to the economic and social development in these countries. As foreign direct investment, as a percentage of GDP, is concerned its increase contributes positively to economic growth of ECOWAS countries. As for exports its increases leads to a reduction in economic growth of these countries. This result was not expected theoretically.

Keywords: ECOWAS; impact of external aid; economic growth; economic integration; developing countries.

1 Introdução

O que vem acontecendo nos últimos tempos é o fortalecimento da integração dos mercados e parcerias económicas regionais, quase em toda a parte do planeta, o que é uma característica da globalização económica e social. A integração económica ampliou-se depois da superação da política económica das barreiras alfandegárias (proteccionismo), dando lugar ao liberalismo económico e comercial (*laissez faire et laissez passer*) e à internacionalização das empresas nacionais.

- O bloco económico regional é uma associação de países, geralmente da mesma região geográfica, que estabelecem as relações comerciais privilegiadas entre si e se protegem da concorrência exterior. É importante lembrar que a criação dos blocos em toda parte do Globo se deve ao sucesso da União Europeia, (no início a CEE- Comunidade Económica Europeia, um mercado comum) depois da segunda guerra mundial, quando os europeus decidiram deixar o espírito nacionalismo exacerbado para dar início ao processo da integração baseado na busca da paz e harmonia económica do continente (Soder,1995). A integração deste bloco (CEE/UE) teve grande influência no nascimento dos mais blocos de integração económica do planeta.

O processo de integração económica entre territórios ou países foi descrito teoricamente nos anos 1960 pelo economista húngaro Béla Balassa. Na mesma década, depois da descrição teórica de Balassa, começou a falar-se de integração em África.

A integração económica africana já dura há mais de cinquenta anos, contados a partir da primeira e da segunda conferência dos países independentes de África, realizadas em Acra (Gana) em Abril de 1958, e em Adis Abeba (Etiópia) em Junho de 1960. Essas conferências marcaram o início da integração económica africana. Havia, contudo, duas vertentes ou estratégias de integração económica em África: uma organização económica continental e a forma sub-regional. Como a maioria dos países estavam a favor da opção sub-regional, ela foi implementada com o apoio da Comissão Económica da ONU para África.

A CEDEAO é a Comunidade Económica dos Estados da Costa Ocidental da África que engloba quinze países (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gambia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa,

e Togo) da região, somando uma superfície de 5.1 milhões de quilómetros quadrados que representa 17% de superfície total do continente. Tem uma taxa de crescimento medio anual de 2,62%, 261,13 milhões de habitantes e um PIB de 76 620 de milhões de USD, segundo, dados do Banco de Investimento e de Desenvolvimento da CEDEAO BIDC-2009.

A Comunidade foi estabelecida pelo Tratado de Lagos em 1975 com o sentido de promover o comércio, a cooperação e o desenvolvimento na região. A ideia foi criar as condições para uma integração económica mais alargada, abrangendo algumas áreas de actuação, tais como o sector industrial, transporte, telecomunicação, energia, agricultura, recursos naturais, finanças e a questão sociocultural. Sete países desta região formaram uma união económica e monetária (União Económica e Monetária do Oeste Africano) partilhando o franco CFA como sendo a moeda comum dos sete.

Na tentativa de melhorar o desempenho e a eficiência do funcionamento do bloco económico, durante a sua criação, a CEDEAO sofreu algumas alterações importantes, nomeadamente: a entrada de Cabo Verde em 1976, a revisão do tratado de Lagos que foi assinado em Julho de 1993 e a saída de Mauritânia em 2002.

A revisão do tratado de Lagos em 1993 pretendeu acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento de um parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado deu, formalmente, à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região.

Historicamente a parte ocidental da África é dividida em três grandes fases: a primeira relaciona-se com as sociedades autóctones e estáveis (a fase inicial ou primitiva); a segunda refere-se à fase colonial; e a terceira e a última fase trata da descolonização após a segunda guerra mundial.

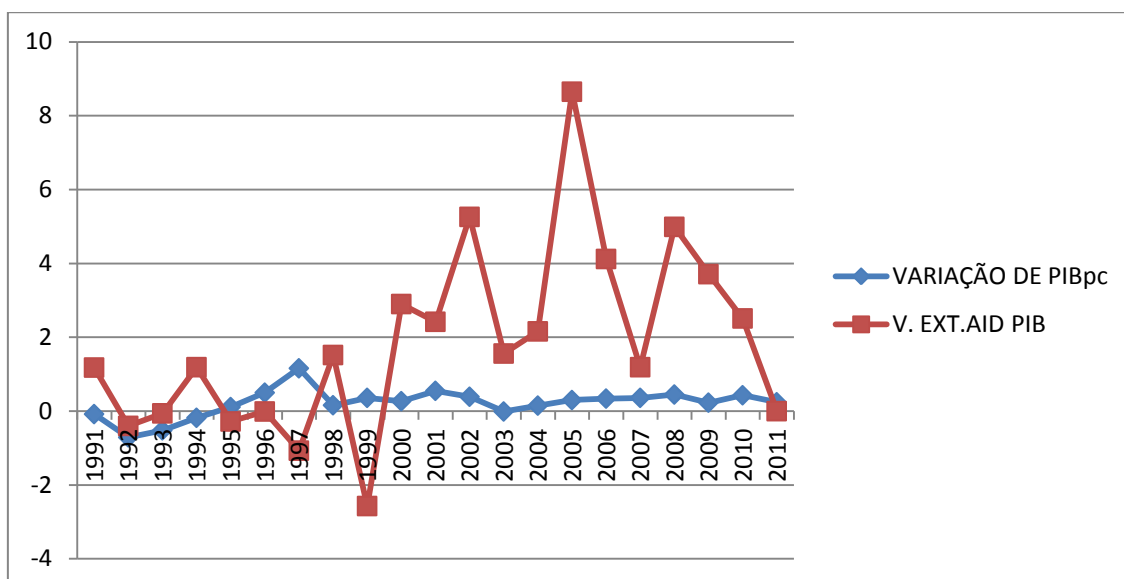
Portanto, os países de CEDEAO e África, em geral, começaram a ser países independentes a partir dos anos sessenta. Depois da fase colonial a conjuntura política destes países sofreu várias transformações, começando pelo sistema económico, dominado pelo Estado.

Nos últimos anos a relação entre a ajuda e o desenvolvimento económico tem sido a questão principal no debate sobre as dinâmicas da ajuda externa nos países receptores. Existem argumentos que vêem a ajuda como não tendo uma forte relação nem com o crescimento económico nem com a melhoria dos indicadores sociais (McGillivray et al., 2005). Para estes teóricos, a ajuda externa tem dois factores que dificultam o crescimento económico dos países receptores: os investimentos financiados por ajuda têm uma produtividade baixa; e, segundo fator, os investimentos financiados por ajuda não motivam a formação de poupança interna (Moreira, 2004:17). Há outras posições que defendem a impossibilidade de estabelecer uma ligação entre a ajuda e o crescimento, devido a dois problemas provenientes da ajuda: aumento do gasto público não ligado ao desenvolvimento; e queda do investimento privado. A visão destes autores aponta os regimes corruptos de alguns presidentes de Estados tais como Zaire, da era do ex-presidente Mobuto, Nicarágua de Somosa e Filipinas de Ferdinando Marcos, entre outros, onde o fluxo permanente de ajuda encorajou a instabilidade política, a corrupção e a desorganização total da estrutura administrativa.

Os autores a favor da ajuda externa advogam que os fluxos de ajuda externa impulsionam o desenvolvimento dos países receptores. A ajuda desempenha um papel muito importante na elaboração de ideias sobre o desenvolvimento económico dos agentes que beneficiam dela, ou melhor, ela possui uma externalidade positiva sobre o desenvolvimento económico dos países receptores. Para compreender melhor a visão destes teóricos, toma-se como referência o desempenho económico de alguns países, que aproveitaram melhor este recurso nas últimas décadas do século XX, tais como o Botswana, a Coreia do Sul, a Indonésia, a Bolívia, o Gana, Uganda e Vietname.

Voltando ao caso da CEDEAO, o gráfico 1, a seguir, mostra a relação entre a variação da ajuda externa e a variação do *PIB per capita* desta comunidade, no período entre 1990 a 2011.

Fig. 1. CEDEAO:Variação da AID (ajuda externa) e do *PIB per capita* (1990-2011)



Fonte: Elaboração própria usando os dados do Banco Mundial 2013

De acordo com o gráfico acima, as duas variáveis evidenciam uma evolução oposta nos anos 90, e uma evolução no mesmo sentido, positiva, mas desigual no período 2000 a 2011. Ou seja, a ajuda externa cresce mais que o *PIB per capita* Comunitário: a ajuda externa (AID) cresce de 2 a 5% o *PIB per capita* cresce de 0,21 a 0,25%. Deste modo, questiona-se a visão do grupo dos teóricos que argumentam a favor de ajuda para o crescimento e o desenvolvimento económico dos países que beneficiam dela. Esta hipótese vai ser testada com a especificação do modelo econométrico, mas a simples leitura deste gráfico evidencia já o que iremos confirmar mais à frente: o aumento da ajuda externa em vez de contribuir positivamente para o aumento do *PIB per capita* contribui, isso sim, negativamente. São, pois, duas, as perguntas a que urge dar resposta:

-Será que há uma relação positiva ou significativa entre a ajuda externa destinada ao desenvolvimento económico desta Comunidade e o seu crescimento económico? Ou seja há uma correlação positiva entre as duas variáveis?

-Até que ponto ajuda externa contribui para o crescimento e o desenvolvimento económico dos países membros dessa Comunidade? Ou seja, a ajuda externa é causa do crescimento económico?

A especificação do modelo econométrico permite responder a estas duas questões.

A nossa motivação para este estudo, prende-se com as seguintes questões: fala-se em ajuda, mas ajuda a quem, e porquê ajudar? Qual a origem e a condição dessa ajuda? Será que esse tipo de ajuda está no bom caminho, quer dizer, chega sempre ao destino, ou melhor, está a atingir o seu objectivo principal, o desenvolvimento económico dos “países pobres” e a “erradicação da pobreza”? Será que a verdadeira intenção dos doadores internacionais é ajudar mesmo os países chamados “pobres” a saírem por completo da situação de pobreza? E será que essa intenção é igual para todos os países receptores?

O certo é que o continente africano, particularmente os países da CEDEAO têm vindo a receber, ao longo de muitos anos, diferentes tipos de ajuda vindas de diferentes agências bilaterais, multilaterais e outros organismos particulares com a finalidade de melhorar o crescimento económico e conseqüentemente o desenvolvimento do continente.

No entanto, os países da CEDEAO continuam a ser classificados na literatura e nos debates sobre a comunidade como regiões homogêneas com características comuns: pobres, rurais, dualistas, com abundância de força de trabalho desqualificada e barata, de terra com condições agrícolas, em transição permanente entre modos de produção, dominadas por estados patriarcais.

Falar, hoje, de programas de ajuda externa no sistema de economia capitalista é a mesma coisa que falar do médico depois da morte do paciente. O maior problema da inconsistência da ajuda resulta do próprio sistema capitalista. É difícil falar de programas de ajuda num sistema em que o processo de produção é voltado para o mercado e para a procura de lucros.

No caso da transferência tecnológica a partir dos países doadores para os receptores, acreditou-se que esse processo poderia ser feito no início ou durante o tempo colonial. Juntar a experiência técnica trazida pelo colonizador com a força do trabalho encontrado no local (colónias). Porém, os interesses dos colonizadores não era levar a civilização ou transferir a tecnologia para os países colonizados, mas sim, como foi visto durante o processo colonial, a exploração de recursos naturais e mão-de-obra local barata, com o intuito de aumentar a acumulação de capital.

Resta saber até que ponto é que a ajuda externa é favorável ao crescimento e desenvolvimento económico destes países receptores. Será que ajuda externa provocará reduções sustentadas na diferença entre os pobres e os ricos?

Apesar de existirem muitos programas de organismos internacionais e dos países doadores da ajuda externa falarem na desigualdade na repartição do rendimento, ela continua a existir e tem-se agravado. O diferencial do *PIB per capita* entre os 20 países mais ricos e os 20 mais pobres cresceu significativamente entre 1960 e 1995. Os 20 mais pobres: 212\$ (1960) e 267\$ (1995). Mais ricos: 11,000\$ (1960) e 32,000\$ (1995). Rácio passa de 52 (1960) para 120 (1995) (ver Almeida, 2005; Banco Mundial, 2000).

Por outro lado, a maioria dos países de “Terceiro Mundo,” principalmente os da CEDEAO, têm mais de 80% da produção agrícola, como produção de subsistência e de forma precária. Por exemplo, na Guiné Bissau, as estatísticas nacionais em 2005 mostram que mais de 50% do PIB é representado pela agricultura e somente 11% pela indústria (INE e CBCEAO-G-Bissau).

Este estudo está dividido em cinco capítulos. No segundo capítulo faz-se o *survey* da literatura teórica. No capítulo três apresenta-se a metodologia seguida no estudo empírico, ou seja, a especificação do modelo econométrico e a base de dados utilizada. No quarto capítulo é feita a análise dos resultados. Finalmente o quinto capítulo apresenta as principais conclusões, as insuficiências da análise e as pistas de um trabalho futuro.

2. Revisão da literatura

Para entender o papel da ajuda externa é preciso conhecer as teorias que explicam o seu impacto sobre o crescimento e o desenvolvimento económico dos países receptores. Neste capítulo apresentam-se os debates sobre a ajuda e o crescimento económico, começando pelas posições dos que defendem o comércio livre e dos críticos que defendem uma política comercial estratégica, continuando com a teoria da integração económica, - que justifica a formação dos blocos comerciais - e terminando com o debate sobre os efeitos da ajuda externa no crescimento e desenvolvimento económicos.

2.1 A visão de autores sobre a abertura ao comércio internacional

O tema deste trabalho foca-se, principalmente, no impacto da ajuda externa no crescimento económico dos países da CEDEAO. Mas para compreendermos esse efeito é preciso compreender a teoria que justificou a criação de blocos económicos como a CEDEAO. E para compreendermos os blocos de integração económica temos que compreender os fluxos comerciais dos países e por que razão entram os países em comércio uns com os outros.

Os defensores do comércio livre desde Adam Smith e David Ricardo, vêem o comércio internacional como mutuamente benéfico para todos os países: o comércio seria um jogo de soma positiva em que todos ganhavam. A repartição dos ganhos é que podia ser desigual. Há quase dois séculos, com o fim da guerra napoleónicas, instituiu-se um debate no Reino Unido sobre a livre importação pela Grã-Bretanha de cereais provenientes da França, Rússia ou da ex-colónia da América do Norte. De um lado, Thomas Malthus, defensor dos arrendatários das terras da aristocracia rural, era contra a abertura do mercado. Do outro lado, David Ricardo advogava a abertura do mercado ao cereal importado. A sua preocupação era manter baixo o salário dos trabalhadores rurais, com a finalidade de manter os lucros e o crescimento da economia do Reino Unido. Dessa forma o comércio internacional surgia como um factor que evitava a redução das taxas de lucro e os seus efeitos negativos sobre o crescimento económico.

O modelo de base de Ricardo - dois bens, dois países e um factor produtivo (o Trabalho) - mostra como as vantagens comparativas, baseadas na diferença dos custos relativos em trabalho, determinam o padrão de comércio internacional. As principais conclusões do modelo de base são depois generalizadas para n bens com a introdução dos salários nos dois países e da taxa de câmbio. No entanto este modelo de Ricardo generalizado, conhecido como o modelo de Ricardo na sua forma monetária, continua a ter como base a cadeia das vantagens comparativas (para um *survey* do modelo de Ricardo e a sua generalização a n bens, com a introdução do salário relativo e da taxa de câmbio, ver Faustino, 1989b). Ou seja, o padrão das vantagens comparativas é determinado pelas condições da produção (custos relativos em trabalho) e com a abertura ao comércio internacional cada país se irá especializar no bem onde detém a

vantagem comparativa. Sendo dada a taxa de câmbio, para que a vantagem comparativa continue a ser determinante é necessário que o salário varie dentro de um certo intervalo, definido pela produtividade do trabalho nas duas indústrias. Assim, o salário está ligado à produtividade do trabalho.

Segundo Ricardo (1817), ambos os países ganham com o comércio se houver uma especialização completa, isto é, se cada país só produzir um dos bens, importando o outro bem. No caso de haver uma especialização incompleta de um dos países – caso em que o país é grande – só o outro país (o país pequeno) ganha com o comércio.

Adam Smith, em *A Riqueza das Nações*, tinha preconizado a especialização dos países baseada no conceito de vantagem absoluta: cada país especializa-se no bem que produzia com um custo mais baixo. Ricardo veio demonstrar que não é necessário uma vantagem absoluta de custos para haver comércio: basta uma vantagem relativa ou comparativa.

Há mais teorias e modelos a favor do livre comércio. A teoria de Heckscher-Ohlin (HO) da dotação relativa de factores preconiza que os países têm vantagens comparativas na produção do bem que utiliza intensivamente o factor relativamente abundante e devem exportar esse bem, importando o bem onde detêm uma desvantagem comparativa (sobre o modelo de HO e os principais teoremas, ver Faustino, 1989a). Tanto Adam Smith, como Ricardo e HO opunham-se às medidas proteccionistas.

Hoje em dia, os blocos de integração regional ficam a meio caminho entre o comércio livre e o proteccionismo: os blocos regionais abrem as suas fronteiras aos países membros e protegem-se dos países não-membros. Com o tempo espera-se que esta protecção face ao exterior diminua e que os blocos regionais se vão enfraquecendo no sentido de aderirem ao comércio livre, ou pelo menos, reduzindo as barreiras face ao exterior.

A teoria liberal desenvolveu-se de uma forma significativa na política económica mundial nas últimas décadas. Actualmente, não se fala só do liberalismo no comércio, mais fala-se da integração económica de países próximos geograficamente, no sentido de fazerem face à globalização ou mundialização económica e social. A globalização ou mundialização virou um fenómeno de atualidade nos debates económicos e sociais de

todos tipos de organizações mundiais. Atualmente esse fenómeno está presente nas agendas de todos políticos, de governos e de corpos diplomáticos.

2.2 Teoria da integração económica

A globalização caracteriza-se pela interligação dos mercados nacionais. Isso ocorre a par com a liberalização dos mercados nacionais e com a integração regional (ver, por exemplo, Aragão, 1992). Ou seja, a tendência para a globalização vem sendo acompanhando também por uma tendência à regionalização da economia mundial, através da formação de áreas de livre comércio, de uniões alfandegárias e mercados comuns.

A criação desses agrupamentos de países não só pode ser vista como uma evidência da importância de um comércio mais livre e com um reconhecimento das vantagens da cooperação internacional e da harmonização da política nacional, mas também tem servido para que esses grupos de países pratiquem política discriminatória contra países não-membros do agrupamento regional e para extraírem vantagens económicas, políticas e sociais, à custa do exterior (Galvão, 1997).

O aumento da concorrência entre as nações não excluiu, contudo, a cooperação, que tem assumido várias formas. A principal delas é a integração regional. A criação de mercados ampliados, integrados por esses acordos de integração - seja sob a zona de comércio livre, seja de uma aduaneira- transformou-se num instrumento fundamental para os países em desenvolvimento, na era da globalização. Este processo fortaleceu-se depois da segunda guerra mundial, primeiramente nos países desenvolvidos e depois nos países em desenvolvimento.

Um dos aspectos mais importante na formação dos blocos económicos é a redução ou a eliminação dos direitos aduaneiros e quotas de importação, com vista à criação de zonas de comércio, de uniões aduaneiras ou de mercados comuns. Os blocos aumentam a interdependência da economia dos países membros. Uma crise no México, como a de 1994, afectou os EUA e o Canadá – os outros países membros do acordo de comércio livre da América do Norte (NAFTA). Atualmente uma crise económica iniciada em qualquer parte do planeta, sobretudo nos países grandes, afetará todo o resto da economia mundial.

O primeiro bloco económico importante apareceu na Europa, com a criação em 1957, da Comunidade Económica Europeia (embrião da atual União Europeia). Atualmente os mais importantes blocos de integração económica são: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), a Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC) e, em menor grau, o Pacto Andino, a Comunidade do Caribe e Mercado Comum (CARICOM), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC).

Os motivos para criação de blocos regionais de comércio são os mais diversos. Em princípio, o regionalismo pode ser considerado como uma tentativa de se promover a liberdade de comércio num espaço geográfico mais limitado. Embora, os fatores dominantes para a associação de países difiram caso a caso, parece haver sempre os seguintes propósitos: o aumento dos níveis de bem-estar, decorrente do aumento da eficiência na produção; a ampliação do mecanismo de cooperação no âmbito regional através da melhoria nas realizações diplomáticas e do estreitamento dos vínculos políticos com os países vizinhos (Galvão,1997).

Portanto, a criação do bloco pode ser interpretado como aumento da interdependência económica, política e social entre os membros do bloco em virtude da procura de uma melhoria nas trocas comerciais. Em relação a todas as economias nacionais há o aumento das trocas externas, o aumento do investimento directo estrangeiro (IDE), através das firmas multinacionais.

As mudanças na economia mundial, no comércio, na produção e nas finanças, tiveram um grande impacto sobre as políticas e as teorias económicas. Devido a essa nova situação há autores que defendem que as antigas teorias do comércio internacional, baseadas nas vantagens comparativas, já não respondem às realidades das trocas internacionais, ou seja, perderam a validade (Cardoso1996).

A teoria do comércio internacional baseada na concorrência imperfeita dos mercados de Krugman (1986), complementa a teoria convencional de Heckscher-Ohlin, segundo a qual os países se especializam na produção e exportação dos bens e serviços para os quais têm vantagens comparativas. A nova teoria do comércio internacional veio

também dar origem à política comercial estratégica. Os governos deviam subsidiar os sectores considerados estratégicos para ganharem quotas de mercado às firmas multinacionais dos outros países, extraindo em seu benefício parte dessa renda de monopólio. A mudança importante provida pela nova teoria de comércio internacional é que ela incorpora a concorrência imperfeita, as economias de escala e a importância de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, ou seja, a importância da inovação tecnológica e das actividades de I&D como factores determinantes das exportações. Essa nova teoria supõe que os mercados são dominados por oligopólios, por algumas grandes empresas, e acentua a importância da inovação tecnológica das firmas multinacionais. São as grandes empresas que são inovadoras e que através da inovação criam novos produtos, tendo no curto prazo uma vantagem de monopólio, que possibilita a obtenção de rendas aos factores produtivos (a renda é o que o factor, trabalho ou capital, ganha para além da sua produtividade marginal). A teoria do comércio internacional tem profunda implicação para o financiamento da economia mundial (Para um *survey* sobre a política comercial estratégica, ver Faustino, 1997; Silva e Faustino, 2001).

Em concorrência perfeita não é possível ter o comportamento estratégico porque, o comportamento de uma ou de poucas firmas não podem alterar significativamente as condições de mercado. No entanto, quando supõe a existência de economia de escala – se, por exemplo, os custos de algumas indústrias caem quando aumentam a produção – a produção total aumentará e esse fenómeno é acompanhado pelo aumento do peso das grandes firmas. Haverá uma concentração do mercado, dominado por um número reduzido de grandes firmas.

As políticas governamentais podem conceder a uma empresa nacional uma vantagem decisiva nos mercados globais. De fato, a estratégia de protecção à indústria que concorre com as importações ou de subsídio à indústria exportadora é uma estratégia que tem sido seguida por diferentes países. Foi o caso do Japão no pós 2ª Guerra Mundial. O governo pode ajudar uma empresa estabelecer uma posição monopolista ou oligopolista nos mercados globais. Por exemplo, um direito aduaneiro ou um subsídio à indústria que concorre com as importações pode impedir ou diminuir a penetração das importações no mercado doméstico ou internacional. A teoria da política comercial estratégica estabelece que os governos devem ajudar as empresas nacionais para extrair

rendas de monopólio às firmas estrangeiras e gerar externalidades positivas através do desenvolvimento tecnológico (Prado, 2006).

A teoria da política comercial estratégica reconhece a capacidade do governo intervir nos fluxos comerciais. Mas também reconhece que os custos de subsidiar as grandes empresas nacionais são enormes. E esse custo do subsídio tem de ser comparado com os ganhos da extração ou captura das rendas às firmas estrangeiras. Para essa teoria, algumas indústrias são mais importantes que outras e, portanto, necessitam de apoio do governo, enquanto as outras, consideradas não estratégicas não recebem qualquer apoio. As indústrias de altas tecnologias, como as de computadores, semicondutores, processamento de informação, biotecnologia, etc., são importantes porque elas geram externalidades positivas e desenvolvimento tecnológico que beneficia a sociedade como um todo.

As indústrias de alta tecnologia são importantes para o desenvolvimento tecnológico. Elas geram ganhos para toda a sociedade (externalidades positivas). Essas firmas não se apropriam de todos os ganhos que geram. Há uma falha de mercado. Daí a existência de argumentos teóricos para que o Estado apoie essas indústrias. Os benefícios sociais são maiores que os benefícios privados que elas recebem. Como as firmas não são capazes de capturar e de se apropriar de todos os resultados de sua atividade de pesquisa e desenvolvimento, muitas firmas poderão não investir o suficiente. Essa falha de mercado indica que as firmas devem receber os subsídios ou proteção por parte do governo. É a teoria das distorções endógenas ao mercado: mesmo que o mercado funcione em concorrência perfeita ele tem falhas que devem ser corrigidas.

A ideia central da política comercial estratégica, é que os governos e as firmas podem comportar-se estrategicamente em mercados globais imperfeitos e, assim melhorar a balança comercial e o bem-estar social do país. Ela supõe que alguns mercados são caracterizados por concorrência imperfeita e que essas situações podem criar um ambiente estratégico porque há um número pequeno de firmas ou jogadores a operar. Como consequência, o comércio livre não é a política ótima e a intervenção do governo melhora o bem-estar social. Isto é assim se não contarmos com o custo do subsídio e com a necessidade do Estado que apoia esta política ter uma capacidade financeira para sustentar no tempo esta política e ameaça de retaliação por parte dos governos estrangeiros e das empresas desses países estrangeiros. Sentindo os seus

lucros ameaçados é natural que esses governos retaliem. Em resumo, os países podem obter uma vantagem estratégica no comércio internacional via proteção do governo aos seus grupos económicos considerados estratégicos. Mas esta política está fora de questão para os países em vias de desenvolvimento. Os seus governos não têm meios financeiros para aplicarem este tipo de política comercial. Nestes países a teoria da vantagem comparativa de Ricardo e a teoria da abundância relativa de factores de HO continua a explicar muito do comércio que estes países podem fazer. O comércio de produtos novos, intensivos em investigação e desenvolvimento, só pode ser introduzido a uma escala reduzida – dependendo da abundância relativa em capital humano destes países. Ou então é feito através do IDE e das firmas multinacionais. Que tipo de produtos e de actividades vão as firmas multinacionais desenvolver, isso depende dos governos nacionais desses países. Nesta matéria a CEDEAO e os outros agrupamentos regionais têm uma palavra a dizer.

2.3 Os debates sobre a eficácia da ajuda externa

Segundo o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da organização para Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a ajuda internacional engloba o conjunto dos donativos ou empréstimos em condições financeiras, bonificadas, provenientes de organismos públicos ou das suas agências executoras e destinado a promover o desenvolvimento económico e bem-estar dos países em vias de desenvolvimento (PVD). De outra forma, a ajuda internacional é conhecida por ajuda pública ao desenvolvimento (APD) (Moreira, 2004). No entanto, a ajuda externa pode ser destinada também ao apoio da balança de pagamentos (BP) ou ligada a empreendimentos específicos e, em ambos os casos, ela tem contrapartidas, no sentido em que o país receptor é obrigado a receber bens e serviços originários do país doadores. A ajuda é não-condicionada quando esta condição não é imposta ao receptor.

A APD são empréstimos ou donativos que um organismo governamental ou multilateral dá a um país em desenvolvimento para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar. Ela inclui também a cooperação técnica, tais como o ensino de novas técnicas aos agricultores, fornecimento de conselhos na formação de reformas económicas.

Portanto, a diferença entre fluxos brutos e líquidos, é que os fluxos brutos de ajuda representam em geral, os recursos que um país em desenvolvimento recebe em termos de doadores ou empréstimos de organizações de doadores e países. No entanto, os fluxos líquidos também são calculados da mesma forma depois de deduzir amortização. Desta forma, os fluxos brutos poderão ser mais úteis no entendimento de como é que ajuda pode contribuir para diálogo de política e de reforma num país em desenvolvimento por ilustrarem melhor a influência que um doador pode ter do que os fluxos líquidos.

Os primeiros estudos sobre a ajuda surgem em 1950. A ajuda externa, como sabemos hoje, teve início após a segunda guerra mundial. Em 1947 os EUA anunciaram o Plano Marshall com a finalidade de fornecerem fundos para a reconstrução da Europa.

Nos anos 50, alguns teóricos de desenvolvimento começaram a falar do papel da ajuda externa no crescimento económico dos países em desenvolvimento. Nurske (1953) e Lewis (1954) assumiram que ajuda externa poderia fornecer o capital necessário para dar aos países em desenvolvimento um crescimento auto-sustentado. Nessa época poucas investigações empíricas foram feitas para testar a relação entre a ajuda e o crescimento económico.

Os diferentes estudos empíricos sobre ajuda externa vêm-se multiplicando a partir da década sessenta motivados pelo chamado “*modelo de gaps*”, que afirma que a taxa de crescimento económico é limitada pelos níveis inadequados de poupança e pela taxa de câmbio. A ajuda externa seria necessária para preencher essa falha. O modelo de crescimento de Harrod-Domar é considerado por alguns autores como sendo o primeiro e o mais conhecido dos *gaps model* (modelo de dois défices). O modelo assume que há um excesso de oferta de trabalho e que o crescimento está apenas limitada pela disponibilidade e produtividade do capital. A disponibilidade de capital, ou o nível de investimento, é determinado pelo nível de poupança. Para alcançar uma taxa de crescimento desejado, um governo deve aumentar o nível de poupança ou aumentar a produtividade do capital. Muitas vezes, a poupança em países em desenvolvimento é demasiado baixa para se poder atingir uma taxa de crescimento desejada. A ajuda externa pode aliviar a restrição de poupança, aumentando investimento e levando a uma maior taxa de crescimento.

Da mesma forma, Chenery e Bruno (1962) e Chenery e Strout (1966), também confirmaram a existência de uma lacuna. Segundo estes autores, os países em desenvolvimento não são capazes de terem as receitas de exportação necessárias para a importação de bens de capital para o investimento. Novamente a ajuda externa pode ajudar a preencher esta lacuna. Bacha e Taylor (1990) reconhecem que alguns governos de países em desenvolvimento simplesmente não têm a capacidade de aumentar as receitas para cobrir um nível desejado de investimento. A ajuda externa fornecida diretamente pode, potencialmente, colmatar essa lacuna.

Em resumo, os *gaps models* afirmam que a ajuda externa pode complementar a poupança e a receita domésticas. Isto é, permite um maior nível de poupança e de investimento, que vai levar a uma maior taxa de crescimento.

Os autores que contestaram as conclusões dos *gaps models* argumentam que embora a propensão marginal a poupar (s) de um país receptor seja igual a um, uma parte da ajuda externa será mais direcionada para o consumo do que para a poupança. Nas suas análises empíricas usando dados *cross-country*, Griffin (1970) chega a resultados que apoiaram os seus argumentos da existência de uma associação negativa entre os fluxos de capital e a poupança interna. Este resultado é apoiado por Rahman (1968) e Weisskopf (1972), apesar de Gupta (1970) não encontrar uma relação significativa entre fluxos de capitais estrangeiros e de poupança interna no seu estudo (McGyllivray, 2006).

Por outro lado, Papanek (1972) e Newlyn (1973) fornecem uma explicação alternativa ao encontrar uma associação negativa entre os fluxos de capitais estrangeiros e a poupança. Já nos seus estudos sobre a relação de ajuda externa e o crescimento económico, Papanek (1973) encontra uma forte evidência de que os fluxos de ajuda externa estão associados positivamente com taxas de crescimento nos países beneficiários.

Mosley (1980) encontrou uma associação negativa entre ajuda e crescimento. O autor não encontrou uma relação estatisticamente significativa entre ajuda e crescimento utilizando amostras de países em desenvolvimento em vários períodos.

Gupta e Islam (1983) estimaram o impacto da ajuda e da poupança no crescimento. Confirmaram uma associação negativa entre a ajuda e a poupança doméstica, e encontraram uma associação positiva e estatisticamente significativa entre ajuda e crescimento. Dowling e Hiermenz (1982) confirmam uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a ajuda externa e crescimento econômico na Ásia.

Boone (1996) fornece o estímulo para o debate sobre a eficácia da ajuda a partir de meados de 1990. Usando dados em painel para 91 países, abrangendo o período 1971-1990, Boone (1996) investigou o impacto da ajuda externa no investimento, consumo e medidas de bem-estar. Ele, também, examinou se a eficácia da ajuda estava condicionada pelo regime político. Os resultados indicam que a ajuda externa leva a um aumento no consumo do governo, em vez de aumentar o investimento e beneficiar os pobres.

Em resumo, até o final de 1990 não houve consenso sobre o impacto da ajuda externa sobre o crescimento econômico. Os resultados dos estudos empíricos foram ambíguos sem provas conclusivas de que a ajuda externa foi eficaz em aumentar o crescimento econômico nos países beneficiados. Cassen e Associates (1994, pp 15-16) comentaram que os resultados das pesquisas sobre os efeitos macroeconômicos da ajuda na maioria dos países em desenvolvimento são ambíguos. A relação entre o auxílio e o crescimento é bastante fraca: pode ser positiva ou negativa, dependendo do período de tempo escolhido. Há outras variáveis que influenciam o crescimento que devem ser consideradas no modelo empírico (Mosley, 1987). Da mesma forma, alguns autores salientam que se sabe muito pouco sobre o impacto macroeconômico da ajuda. Acrescentam que a combinação de uma teoria fraca com uma má metodologia econométrica faz com que seja difícil obter conclusões robustas.

2.4 Debates sobre a ajuda externa após os anos 90

O relatório publicado pelo World Bank em 1998 sobre a ajuda externa forneceu um novo estímulo para a discussão sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento econômico. O relatório relaciona explicitamente o impacto da ajuda com as políticas econômicas e o ambiente institucional dos países beneficiados. O relatório afirma que a ajuda não aumenta o crescimento, a não ser em países com boa gestão econômica e

instituições fortes. A principal conclusão do relatório é, portanto, que a ajuda deve ser dada de acordo com a situação política de cada país beneficiário.

Burnside e Dollar (2000), Collier e Dollar (2000) mostraram que a ajuda tem um impacto positivo no crescimento do *PIB* real *per capita*, mas apenas quando a ajuda é combinada com boas políticas monetárias, fiscais e comerciais. Se a ajuda é dada aos países sem essas boas políticas, o fluxo da ajuda pode ser considerado perdido.

3. Metodologia

3.1. Bases de dados

Nesta análise empírica utilizou-se os dados entre o período de 1990 a 2011. Foi necessário recorrer a várias bases de dados de maneira a recolher-se a informação necessária. Numa primeira parte, quando se tratava da amostra inicial, recorreu-se às estatísticas do Banco Mundial, nomeadamente à base de dados World Development Indicators (WDI).

3.2. Modelo Empírico

A teoria de crescimento centra-se na problemática de fontes e factores de crescimento, através da construção de modelos de diferentes inspirações teóricas. Os modelos de crescimento económico e as subsequentes análises dos seus determinantes revestem-se assim de particular importância para os estudos econométricos sobre a eficácia da ajuda (Moreiras, 2004:7).

Os primeiros estudos (*cross country*) da relação entre a ajuda económica e o crescimento consideram que a acumulação de capital físico é fundamental para o crescimento económico. Os teóricos que se baseiam neste princípio teórico utilizam, geralmente, a equação de crescimento do modelo de Harrod-Domar na sua versão simplificada (isto é, sem depreciação de capital físico) que apresentamos a seguir:

$$g_i = k \cdot i_i \quad (1)$$

com $k = I/v$

A principal conclusão deste modelo é que a taxa de crescimento do produto para o país i (g_i), depende positivamente da sua taxa de investimento (i_i) e da produtividade marginal do capital k , medido pelo rácio capital/ produto marginal v .

Neste aspeto de análise, o crescimento das economias abertas resulta, essencialmente, da capacidade económica destas para gerar a poupança interna ou captar as poupanças externas. Deste modo, a ajuda internacional enquanto componente financiadora do investimento, contribui para o crescimento das economias não desenvolvidos (ver Moreira, 2004: 8).

O estudo de Papanek 1973 foi considerado por alguns teóricos como o primeiro estudo que desgrega os fluxos de capital estrangeiro, investimento estrangeiro e outros fluxos de capitais privados. Apesar do estudo ter investigado o impacto da ajuda externa na poupança doméstica, influenciou, também, a viragem do foco de estudo sobre a eficácia da ajuda externa e o seu impacto no investimento e no crescimento. Papanek (1972, 1973, 1982) e vários outros autores, incluindo Griffin (1970), e Mosley (1980, 1987: 627), tentaram determinar a eficácia da ajuda estimando a seguinte equação, que considera que as decisões de investimento são influenciadas pelos níveis de poupança disponível:

$$I_i = \alpha_0 + \alpha_1 S_i + \alpha_2 A_i + \alpha_3 FP_i + \alpha_4 OF_i \quad (2)$$

Onde A = ajuda internacional; S = poupança interna; I = investimento; FP = fluxos externos privados; OF = outros fluxos externos. As variáveis são medidas em proporção do rendimento nacional do país beneficiário. Portanto, ao substituir a equação 1 pela equação 2 obtém-se a equação reduzida do crescimento que ficou conhecido por equação de Papanek, ou seja:

$$g_i = \Theta_0 + \Theta_1 S_i + \Theta_2 A_i + \Theta_3 f\rho_i + \Theta_4 of_i \quad (3)$$

com $\Theta_j = k \cdot \alpha_j$, $j = 0, \dots, 4$.

Ademais, os parâmetros Θ_j resultam das seguintes derivadas:

$$\Theta_1 = \partial g / \partial s; \Theta_2 = \partial g / \partial a; \Theta_3 = \partial g / \partial f \rho; \Theta_4 = \partial g / \partial of \text{ (Hans e Tarp, 2000:9)}$$

Tanto na versão original como na versão proposta por Papanek (1973), as fontes de investimento, em geral, e a ajuda, em particular raramente aparecem como únicas variáveis do crescimento. Todavia, as justificações apresentadas para inclusão de novas variáveis, muitas vezes não existem ou não são devidamente documentadas (Moreira, 2004, p. 8). Porém, o que se pode entender é que, em essência, o modelo estimado, ou seja, o modelo simples de crescimento de Harrod-Domar (i.e., sem depreciação de capital físico), ou o modelo expandido para incluir outras variáveis de controlo (variáveis explicativas), é talvez demasiado simples, até porque o crescimento económico de um país não se depende somente do investimento ou da ajuda externa concedida a este país. Para além da ajuda e do investimento há diversas variáveis que afetam o crescimento económico.

Neste caso, vamos trabalhar com uma versão expandida (4), em que o gasto do governo sobre educação e as exportações entram na equação, adicionando assim mais variáveis explicativas ou independentes.

$$dY = \alpha_0 + \alpha_1 A + \alpha_2 S + \alpha_3 I_f + \alpha_4 dX + \alpha_5 dL^* \quad (4)$$

Onde todos os símbolos têm os significados descritos em (2) e, além disso: dX = taxa percentual anual de crescimento do valor das exportações e dL^* = taxa percentual anual de crescimento de gastos de governo sobre educação.

3.3.2 Especificação do modelo econométrico do crescimento económico e definição de variáveis e sinais esperados e obtenção dos dados

Como já foi dito acima, adicionaram-se outras variáveis que explicam a variação do crescimento. Estas variáveis de controlo, ou variáveis explicativas do crescimento, estão justificadas pela teoria apresentada sinteticamente no *survey* teórico. Alguns estudos empíricos relacionados com esse tema também utilizaram estas variáveis nos seus modelos (ver, por exemplo, Mosley (1987)).

Segundo Gujarati (2000), as relações entre as variáveis económicas são em geral inexatas, e na especificação dessa relação o econometrista modificaria a função do crescimento clássico simples da seguinte forma:

$$\ln \text{GDPpcit} = \beta_0 + \beta_1 \ln \text{AIDit} + \beta_2 \ln \text{S.INT.LIQit} + \beta_3 \ln \text{FDIit} + \beta_4 \ln \text{EXPORTit} + \beta_5 \ln \text{EDUCit}^* + \eta_i + U_{it}$$

(5)

$$E(U_{it}) = 0 \text{ e } \text{Var}(U_{it}) = \sigma^2, >0$$

Em que U_{it} conhecido como o termo de perturbação ou erro, é uma variável aleatória (estocástica) que possui propriedades probabilísticas bem definidas. O termo de perturbação representa todos os fatores que afetam o crescimento, mas que não são considerados explicitamente nas variáveis explicativas. O efeito fixo, η_i representa os fatores que afetam diferentemente cada país ao longo do tempo (efeitos fixos no tempo, mas diferentes de país para país). Consoante se considere que esses efeitos são traduzidos por um conjunto de constantes desconhecidas (parâmetros) ou por um conjunto de variáveis aleatórias, assim tem-se o modelo de efeitos fixos (FE) ou o modelo de efeitos aleatórios (RE). Mesmo considerando que os efeitos fixos são aleatórios deve fazer-se o teste de Hausman. O teste de Hausman permite decidir qual o melhor estimador a utilizar sob a hipótese nula do estimador de efeitos aleatórios ser o apropriado, ou seja, só o estimador de RE é assintoticamente eficiente (H_0 : RE vs FE). Ao escolher o RE assume-se que os efeitos fixos, não estão correlacionados com as variáveis explicativas e, por isso, não é necessário utilizar as primeiras diferenças ver Wooldridge (2006).

Neste caso, em que no conjunto das variáveis explicativas não há variáveis constantes, pode-se utilizar o estimador de efeitos fixos. Portanto, assume-se que não há correlação entre os efeitos fixos e as variáveis explicativas. Assume-se ainda, por hipótese, que todas as variáveis explicativas são exógenas e independentes do seu termo residual aleatório.

Definição das variáveis

Ao utilizar-se na especificação os logaritmos na variável dependente e nas variáveis independentes é possível obter as elasticidades dadas pelos coeficientes estimados das variáveis explicativas.

Variável dependente

GDPpc - Representa o *PIB per capita* de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO (a preços correntes: em dólares);

AID - Ajuda Externa, é assistência oficial ao desenvolvimento de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO (a preços correntes: milhões de dólares);

SAVINGS_GDP - Representa poupança nacional líquida de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO (a preços correntes: milhões de dólares);

FDI - Representa o investimento direto estrangeiro de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO (a preços correntes: milhões de dólares);

EXPORT - Representa as exportações de bens e serviços de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO (a preços correntes: milhões de dólares);

EDUC - Representa despesa pública em educação de todos países da amostra, no conjunto de CEDEAO; (em % do PIB).

Hipóteses, os sinais esperados para os coeficientes das variáveis são os seguintes:

$\beta_1 > 0$, pelo facto de se esperar forte evidência empírica que os fluxos de AID estejam positivamente associadas a altas taxas de crescimento dos países receptores, segundo Papanek (1973), Tarp e Hansen (2000);

$\beta_2 > 0$ pelo facto da poupança ter o papel de gerar os investimentos, que é uma componente da procura agregada, o que consequentemente aumenta os níveis do PIB de uma determinada economia (Branson,2000).

$\beta_3 >$ devido à contribuição do IDE em larga medida para o aumentos das exportações e, consequentemente no aumento das níveis do PIB.

$\beta_4 >$ devido a esperar-se, teoricamente, que o crescimento económico destes países seja “puxado” pelas exportações.

$\beta_5 >$ pelo papel da educação sobre a qualificação profissional dos trabalhadores e consequentemente sobre o aumento do contributo destes no crescimento económico.

4. Análise dos resultados

Neste capítulo pretende-se mostrar o impacto da ajuda externa sobre o crescimento dos países da CEDEAO. Para tal faz-se uma análise da relação entre a AID e o crescimento económico. Mas, para além de AID, adicionaram-se mais variáveis explicativas, as quais foram especificadas no modelo.

Os estudos existentes que abordam o papel de ajuda no crescimento divergem-se, no sentido de não chegarem a mesma conclusão sobre esse tema, algumas concluem uma relação positiva e outros chegaram a uma existência de relação negativa. No caso do estudo presente, é indispensável a prossecução desta análise.

Estatística descritiva

A estatística descritiva permite-se observar algumas características das variáveis, tais como a média, mediana, máximo, mínimo e desvio padrão. O quadro seguinte apresenta o resultado da estatística descritiva. Analisando o respetivo quadro, tirando a variável educação, verifica-se que o painel está equilibrado e com o número considerável de observações para todas variáveis, tanto para variável dependente assim como para variáveis independentes inclusos no modelo. Neste caso, será possível estimar o modelo com mais segurança e com todas variáveis. Dada a comparação entre a média e a mediana note que todas variáveis apresentam uma assimetria positiva ou a distribuição tem um enviesamento à esquerda (média superior à mediana).

Quadro 1 Estatística descritiva

Variável	Mean	Median	Maximun	Minimum	Std. Dev.	Skewness	Observ.
lnGDPpc	1158.643	1045.328	3615.804	100.8860	550.3457	1.115226	330
lnAID_GDP	0.209014	0.156252	1.426320	0.005345	0.210428	2.877236	315
lnSAVINGS_GDP	1563.515	0.023219	49481.00	-0.228964	6664.816	4.614582	329
lnFDI_GDP	3.822186	1.645243	91.00733	-82.89210	11.58645	2.715879	321
lnEXPORT_GDP	26.90943	26.29826	91.51395	4.902490	11.22163	0.852539	284
lnEDUC_GDP	0.039630	0.038939	0.082168	0.013971	0.013271	0.740856	151

Em média o *PIB per capita* dos países da CEDEAO é 1.158,643 recebem 209.014 dólares de ajuda externa, poupam 1563.515, conseguem atrair pelo menos 3.822186 dólares de investimento estrangeiro, exportam 26.90943 dolars e gastam 3.9630 na educação. O quadro seguinte apresenta matriz de correlações.

Análise da Correlação

A análise de correlação parcial é feita com vista a verificar a correlação entre as variáveis independentes.

Quadro2 Matriz de correlação

Variável	LNPGDPpc	LNAID_GDP	LNSAVINGS_GDP	LNFDI_GDP	LNEXPORT_GDP	LNEDUC_GDP
lnGDPpc	1.000000	-0.364833	0.427827	0.393109	0.505664	0.615551
lnAID_GDP	-0.364833	1.000000	-0.174371	-0.097196	-0.414976	-0.134380
lnSAVINGS_GDP	0.427827	-0.174371	1.000000	-0.254311	0.240825	0.135822
lnFDI_GDP	0.393109	-0.097196	-0.254311	1.000000	0.265042	0.565451
lnEXPORT_GDP	0.505664	-0.414976	0.240825	0.265042	1.000000	0.414157
lnEDUC_GDP	0.615551	-0.134380	0.135822	0.565451	0.414157	1.000000

Pela análise de quadro acima, verifica-se que não há valores elevados para os coeficientes de correlação entre as diferentes variáveis explicativas, pelo que não há indícios de multicolinearidade, neste caso, todas as variáveis podem ser incluídas no modelo ou equação a ser estimada.

Modelo estimado

Considera-se a estimação de 2 equações (equação1 e equação2). A segunda equação difere da primeira por não incluir a variável Poupança Interna em % do PIB (Savings/GDP). Assim sendo, apresenta-se um quadro com as estimações efetuadas (Quadro1).

Quadro 3 Resultado da estimação de equação1 e 2

Variável	Coefficiente Estimado 1	Coefficiente Estimado 2	Sinal Toricamente Esperado
LNAID_GDP	-0.031769 (-2.999273)***	-0.036322 (25,15)	+
lnSAVINGS_GDP	0.019640 (1.993176)**		+
LNFDI_GDP	0.034179 (3.690133)***	0.076523 (0,19)***	+
LNEXPORT_GDP	-0.182709 (-2.211044)***	-0.571585 (0,67)***	+
LNEDUC_GDP	0.029203 (0.615023)	0.260240 (2,68)***	+
Constante	7.823598	8.818080	
R ² - ajustado	0.970444	0.802268	

***/**/* Representam a significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respetivamente.

Entre parênteses estão os t-rácios corrigidos da heterocedasticidade.

A equação 1 e 2 foram estimadas usando o estimador de efeitos fixos.

Pela análise do quadro, há duas variáveis que apresentam coeficientes com sinais negativos (*lnAID_GDP* e *lnEXPORTS_GDP*). Os sinais estimados destes variáveis não

correspondem aos sinais teoricamente esperados na primeira e também na segunda equação. Porém, as três últimas variáveis (*lnSAVINGS_GDP*, *lnFDI_GDP* e *lnEDUC_GDP*) apresentaram coeficientes com sinais positivos nas duas equações e os seus sinais estimados corresponderam aos seus sinais teoricamente esperados. Fazendo a análise separadamente das duas equações:

- *Equação 1*. Esta equação considera todas as variáveis explicativas do modelo. A variável ajuda externa é estatisticamente significativa (fortemente significativa) e o seu coeficiente estimado é negativo o que não era teoricamente esperado. Os resultados mostram que um aumento desta em 1% leva a uma diminuição de -0.031% no crescimento económico do países da comunidade. É a mesma coisa que dizer que, um aumento de ajuda externa em 10% leva uma diminuição do crescimento económico destes países em -0,31%. Portanto, este estudo não foi o primeiro a chegar a este resultado. Mosley (1980) estima o seu modelo usando dados para 83 países em desenvolvimento, que cobrem o período de 1970 a 1977. Em média, o autor encontrou uma associação negativa entre ajuda e crescimento, sugerindo que os financiamentos externos através da ajuda pública têm o efeito negativo no crescimento económico destes países durante o período em estudo.

A variável poupança interna é estatisticamente significativa e com o sinal positivo, como era teoricamente esperado. Os resultados mostram que um aumento da poupança interna em 1% provoca um aumento no crescimento económico destes países em 0.019640%. Isso leva a entender que, quanto mais estes países conseguem poupar internamente mais estes crescem economicamente, ou melhor a necessidade de poupar internamente destes países está relacionado diretamente com o crescimento económico destes países.

A outra variável que influencia o crescimento, é o investimento direto estrangeiro. Esta variável revelou ser estatisticamente significativa e com sinal positivo, o que era teoricamente esperado, ou seja, o seu aumento tem um efeito positivo sobre o crescimento económico destes países. Os resultados mostram que um aumento do investimento estrangeiro em 1% provoca um aumento no crescimento económico destes países em 0.034179%. Este resultado coincide com a teoria económica: quanto mais estes países conseguirem atrair investimento estrangeiro mais o crescimento económico aumenta.

Quanto à variável exportações ela é estatisticamente significativa (fortemente significativa) mas o seu coeficiente estimado é negativo, o que não era teoricamente esperado. Portanto as exportações destes países nesse período em estudo contribuem negativamente para o

crescimento económico destes países. Os resultados mostram que um aumento de exportações em 1% provoca uma diminuição no crescimento económico destes países em -0.182709%. É um resultado estranho, não esperado. O que é importante ver sobre o comportamento negativo deste variável é o tipo de produto que estes países importam e exportam e o saldo da balança corrente. Este saldo é negativo durante o período em estudo. Esta questão merece uma investigação futura para tentar explicar este resultado estranho.

A última variável explicativa dessa equação é a variável *despesa em educação*, que se revelou não ser significativa, embora tenha o sinal positivo o que era esperado teoricamente.

- *Equação 2*. Difere da equação 1 por ter excluído a variável poupança. Nesta especificação, tirando a variável ajuda externa, todas as variáveis são estatisticamente significativas. Para a variável ajuda externa, esta passou a ser insignificante e com mesmo sinal negativo. A variável educação por sua vez passou a ser significativa e continuou com mesmo sinal da primeira equação.

Constata-se que o resultado da estimação das duas equações não diferiu muito. Embora haja algumas alterações nas probabilidades das duas variáveis (ajuda externa e educação) entre a equação 1 e 2, todas as variáveis da equação 1 incluídas na equação 2 continuaram com os mesmos sinais estimados. Vale a pena destacar que os coeficientes de determinação, $R^2 = 0.970444$ e 0.802268 da primeira e segunda equação, evidenciam a boa capacidade explicativa dos 2 modelos

5. Principais conclusões, reflexões e pistas para um trabalho futuro

5.1. Principais conclusões

Este trabalho pretende contribuir para o debate sobre uma ajuda externa mais justa e clara para todo o mundo. De acordo com os resultados obtidos neste estudo, foi possível constatar o impacto negativo da ajuda no crescimento económico dos países da CEDEAO.

Os argumentos das teorias a favor da ajuda externa para os países em via de desenvolvimento (ou, para os países não desenvolvidos) sustentam que para alcançar uma taxa de crescimento desejado, um governo deve aumentar o nível de poupança ou aumentar a produtividade do capital. Muitas vezes, a poupança em países em desenvolvimento é demasiado baixa para atingir uma taxa de crescimento desejado. A ajuda externa poderia aliviar a restrição da poupança interna, aumentando investimento e levando a uma maior taxa de crescimento. No entanto, a ajuda externa pode ser destinada também ao apoio de balança de pagamentos ou ligada a empreendimentos específicos.

No caso do presente estudo, ao contrário dos estudos de Papanek (1972, 1973) e de Gupta e Islam (1983), os nossos resultados sugerem uma associação negativa entre o crescimento económico e a ajuda externa: o aumento da ajuda externa leva à diminuição do PIB *per capita* dos países da CEDEAO. O nosso estudo estimou uma correlação positiva entre o crescimento económico e as seguintes variáveis explicativas: poupança interna, investimento estrangeiro, despesa pública em educação, apesar desta última variável não ser estatisticamente significativa na primeira equação.

Em síntese, o resultado negativo do coeficiente da variável ajuda, é compreensível, apesar de não ser o sinal teoricamente esperado. Como vimos, já se notava no decorrer do texto que a ajuda tinha um papel muito fraco sobre o crescimento económico destes países. O primeiro gráfico deste estudo já mostrava a fraca relação entre ajuda e o PIB *per capita* da CEDEAO. Os países desta comunidade têm vindo a receber, ao longo de muitos anos, diferentes tipos de ajuda vinda de diferentes agências bilaterais,

multilaterais e outros organismos particulares com a finalidade de melhorar o crescimento económico e consequentemente o desenvolvimento do continente. Infelizmente os resultados da presente dissertação não confirmam esses efeitos positivos tão desejados pelos países receptores da ajuda externa.

5.2. Reflexões

Os últimos estudos ou relatórios sobre a eficácia da ajuda demonstram que a ajuda externa só estimula o crescimento económico se o ambiente macroeconómico for favorável.

Há muitos fatores que dificultam o sucesso da ajuda externa nesses países. Para além da insuficiência económica e da instabilidade política, também há a própria política externa dos doadores.

Doadores como os EUA e o Japão divulgam relatórios sobre os seus projetos e programas mas é difícil saber se todas as condições são publicadas. Alguns doadores não tradicionais tais como a China, a Índia, o Brasil, a Turquia e a Coreia não costumam tornar públicas as condições. Mesmo que alguns deles, nomeadamente a China, Turquia e Coreia, tenham aderido à Declaração de Paris, parece que o fizeram na sua condição de receptores e não como doadores da ajuda, significando que nem sequer assumiram esta obrigação.

Não é por acaso que os resultados desta dissertação sugerem uma relação negativa entre as exportações e o crescimento económico. Embora este resultado seja estranho, e mereça um estudo aprofundado, ele pode indiciar que o problema possa estar na estrutura das exportações destes países. Por um lado, já se sabe que as leis e normas reguladoras do comércio internacional não favorecem o comércio externo destes países, os quais não participam nas reuniões ou nas assembleias internacionais dos agentes decisores dos preços dos bens e produtos (principalmente as matérias-primas), mesmo sendo eles na sua maioria os principais produtores desses tipos de bens ou produtos. Por outro lado, não nos podemos esquecer da marginalização produtiva capitalistas sobre a produção desses países chamados pobres, que não têm capacidade para fazer uma produção diversificada para exportação (ver anexo 1, que apresenta o saldo da Balança corrente). Da mesma forma estes países não têm factores produtivos altamente

qualificados nem uma qualidade de vida (saúde, educação, infraestruturas) que lhes permitam alterar no curto prazo a sua estrutura produtiva e o seu padrão de comércio sem a ajuda externa ou sem o investimento directo estrangeiro (Ver Anexo 2, que apresenta o Desenvolvimento Humano da CEDEAO). O desenvolvimento económico incorpora mais variáveis para além da ajuda.

Nestes países a desigualdade na repartição do rendimento é elevada. O coeficiente de GINI ronda numa média de 40 a 50 (numa escala de 0 a 100, significando um valor mais elevado uma maior desigualdade) no período em estudo. A diferença social nesses países ainda é considerável. O nível médio da taxa de alfabetização desses países ainda é considerado baixo (51,5%), mas mostra uma melhoria significativa nas últimas décadas, comparando com os anos 80, sobretudo em relação ao sexo feminino. No que toca ao índice da pobreza, ou proporção de pobres com base na linha de pobreza nacional em percentagem do total da população, para esses grupos de países, a taxa média apresentada é de 47% do total da população. Quase metade da Comunidade vive abaixo da linha de pobreza.

Em relação ao desemprego, os dados não estão disponíveis para todos os anos nem para todos os países, mas a média estimada é de 45 a 50%. Ainda em relação a esta variável, o caso da Libéria em 2003 e Burkina Faso em 2004 é significativo. Segundo os dados disponíveis no *The World Factbook*, as taxas de desemprego destes países atingiram 85% e 77%, o que é assustador.

É preciso um esforço, a compreensão, a visão ampla e clara, uma constatação de sinais de outra dinâmica interna, vinda dos próprios cidadãos dessa comunidade e africanos de um modo geral. A iniciativa tem de pertencer aos africanos

Para aumentar o crescimento de uma economia, no caso, dos países da CEDEAO, o governo deverá adaptar as seguintes medidas: promoção da educação quer ao nível do ensino tradicional, quer através da promoção de programas específicos de formação profissional, infraestruturas públicas, atividades geradoras de externalidades positivas, desenvolvimento de novas tecnologias e promover a investigação aplicada.

5.3.Pistas para um trabalho futuro

Uma avaliação do impacto da ajuda no crescimento económico dos países da CEDEAO requer uma análise que englobe os aspectos sociológicos, históricos, culturais, políticos para além dos estudos econométricos. Esse trabalho foi já iniciado nesta dissertação, mas necessita de ser aprofundado.

Um outro fator que limita o estudo é o conceito de crescimento económico ser muito vago, não havendo um único indicador para esta variável. A falta de dados para certas variáveis durante alguns anos é um outro factor limitativo. Mas, apesar destas limitações, comuns a outros estudos empíricos, os resultados são relevantes e contribuem para o debate de uma questão ainda, e sempre, em aberto.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. C. (2005). *Globalização, questão social e sua incidência em África*. Disponível em: <http://www2.ilo.org/public/portugueregion/europ/lisbon/pdf/costroalmeida.pdf>: [Acesso em: 27/09/ 2007].
- Aragão, P. O. (1992). *Globalização e ajuste estrutural*. João Pessoa: Universidade Federal de Paraíba.
- Bacha, E.L. (1990). “A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries”. *Journal of Development Economics* 32: 279-96.
- Branson, W. H. (2000). *Macroeconomia, Teoria e Política*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Boone, P. (1996). “Politics and the effectiveness of aid”. *European Economic Review* 40(2): 289-329.
- Burnside, C. & Dollar, D. (2000). “Aid, policies and growth”. *American Economic Review* 90 (4): 847-868.
- Cardoso, F. H. (1996). *O impacto da Globalização nos países em desenvolvimento*. Cidade do México: Conferencia Governamental. Disponível em: <http://www.documentos/globalat.tec.emp.blos.htm>: [Acesso em: 30/04/ 2007].
- Chenery, H. & Bruno, M. (1962). “Development alternatives in an open economy, the case of Israel”. *Economic journal* 77 (285): 79-103.
- Chenery, H. & Strout, S. (1966). “Foreign assistance and economic development”. *American Economic Review* 66(4 part 1): 679-753.
- Cassen, R. & Associates (1994). *Does Aid Work?*, New York: Oxford University Press.
- Collier, P. & Dollar, D. (2000). “Aid Allocation and poverty Reduction”. *European Economic Reviews*, September 2002, 45 (1), pp. 1-26.
- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (2013). *Macro-economic Policy Department*, Research and Statistics Directorate. [Em linha] Disponível em: http://www.comm.ecowas.int/dept/stand.php?id=g_g2_brief&lang=en: [Acesso em 09 de Março de 2013].
- Dowling, M. & Hiemenz, U. (1982). *Aid, Savings and Growth in the Asian Region*. Economic Office Report Series 3, Manila, Asian Development Bank.
- Faustino, Horácio C. (1989a). *O Modelo de Base de Heckscher-Ohlin e os Principais Teoremas*. ISEG, CEDEP, Documento de Trabalho N°1.

Faustino, Horácio C. (1989b). *O Modelo de Ricardo e a sua Generalização*. ISEG, CEDEP-Centro de Estudos de Economia Internacional, Documento de Trabalho N° 7.

Faustino, Horácio C. (1997). “ A Política Comercial Estratégica e a Globalização da Concorrência”, *Estudos de Gestão*, Vol. III, N°3, pp.165-189.

Krugman, P.R. 1986. *Strategic Trade Policy and the New International Economics*. Cambridge: MA. MIT Press.

Galvão, O. J. R. (1997). *Globalização e as novas tendências do comércio internacional*. Texto para discussão, n° 380.

Guia del Mundo (2007). Indicadores. Disponível em:
<http://www.guiadelmundo.org.uy/cd/>: [Acesso em 011 de Março de 2013].

Griffin, K. (1970). “Foreign capital, domestic saving and economic development”. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Vol. 32, N°2, pp.99-112.

Gujarati, D. N. (2000). *Econometria Básica*. São Paulo: Person Education to Brasil. Macron Bookes.

Gupta, K.L. & Islam, M.A. (1983). *Foreign Capital, Savings and Growth – An International Cross-Section Study*. Reidel Publishing Company: Dordrecht.

Gupta, K.L. (1970). “Foreign capital and domestic savings: a test of Haavelmo’s hypothesis with cross-country data: a comment”. *Review of Economics and Statistics* 52(2):214-16.

Hansen, H. & Tarp, F. (2000). “Aid effectiveness disputed”. *Journal of International Development* 12(3):375-98.

Lewis, W. A. (1954). “Economic development with unlimited supplies of laborer”. *The Manchester School*, Vol.22, N°2, pp.139-191. (DOI: 10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x).

Mc Gillivray , M., Feenny, S., Hermes & Lensinke, R. (2005:2). “Controversies Over the Impact of Development Aid: It works; It doesn’t; It can, but that depends”. *Journal of International Development*, Vol 18, pp.1031-1050 Disponival em:
www.interscience.wiley.com DOI: 10:1002/jid.1335: [Acesso em 21/01/2013].

McGillivray, M (2003). “Aid effectiveness and selectivity: integrating multiple objectives in aid allocations”. *DAC Journal* 4(3) pp: 23-36.

Moreira, S. B. (2004). *Paradoxo micro-macro da eficácia da ajuda*. Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra. VIII Congresso Afro-Brasileira de Ciências Sociais.

Mosley, P. (1980). “Aid, savings and growth revisited”. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 42(2) pp: 79-95.

- Mosley, P. (1987). *Overseas Development Aid: Its Defence and Reform*, Brighton: Wheatsheaf.
- Mosley, P., John, H. & Sara, H. (1987). "Aid, the public sector the market in less developed country. Printed in Great Britain". *The Economic Journal*, 97, pp. 616- 651.
- Newlyn, W.T. (1973). "The effect of aid and other resource transfers on savings and growth in less developed countries: a comment". *Economic Journal* 83(331): 863-69.
- Nurske, R. (1953). *Problems of Capital Formation in Undeveloped*. New York: Oxford University Press.
- Papanek, G.F. (1973). "Aid, foreign private investment, savings and growth in less developed countries". *Journal of Political Economy* 81(1):120-30.
- Papanek, G.F. (1972). "The effect of aid and other resource transfers on savings and growth in less developed countries". *Economic Journal* 82(327):935-50.
- PRADO, L. C. D. (2006). *Globalização: nota sobre um conceito controverso*. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/word/2001luis.doc>: [Acesso em 15/09/2007].
- Rahman, M.A. (1968). "Foreign capital and domestic savings: a test of Haavelmo's hypothesis with cross-country data". *Review of Economics and Statistics* 50(1):137-38.
- Ricardo, D. (1817). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. London: Editor/Trans. Chapter 7 On Foreign Trade.
- Silva, J.R. & Faustino, H.C (2001) *Strategic Trade Policy and the New WTO Round*. IV International Conference on European Economy, CEDIN, ISEG, p.23.
- Soder, J. (1995). *União Europeia. História - organização – funcionamento*. São Paulo: Unissono Editora.
- Weisskopf, T. (1972). "The impact of foreign capital flows on domestic savings in underdeveloped countries". *Journal of International Economics* 2: 25-38.
- Wooldridge, J. M. (2006). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- World Bank (2012). *World Development Indicators*. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> [Acesso em 7 de Março de 2013].
- The World factbook (2013). Economic/unemployment, People and society/Literacy*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>: [Acesso em 7 de Março de 2013].

Anexos

Anexo I. Saldo da Balança Corrente (% do PIB 2005-2011)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Benim	-5,18779	-4,61214	-9,69907	-8,08044	-9,85454	-8,08637	=
Burkina Faso	-11,6118	-9,29826	-8,28907	-11,5335	-4,55237	-1,97027	=
Cavo Verde	-4,18458	-7,46737	-14,8936	-13,1572	-15,4662	-13,0354	-15,9825
Costa de Marfim	0,242459	2,757854	-0,70238	1,928585	7,020286	2,026687	=
Gambia	-1,83011	-6,92725	-4,43481	-3,41263	-5,71571	-8,47125	=
Gana	-10,2928	-5,17423	-9,60828	-11,6637	-7,30282	-8,53878	-8,93004
Guiné-Bissau	-1,83011	-6,92725	-4,43481	-3,41263	-5,71571	-8,47125	=
Guiné Conacri	-5,45918	-7,84554	-10,7996	-11,5982	-9,68532	-6,90315	-22,819
Libéria	-33,8646	-28,6117	-30,1976	-41,6486	-23,9962	-32,1219	-48,8951
Mali	-8,25058	-3,72657	-8,13177	-12,1701	-7,30512	-12,6289	=
Níger	-9,14826	-8,60677	-8,18704	-12,1313	-25,1229	-20,9957	=
Nigéria	32,54304	25,11071	16,66063	14,05565	8,198138	5,821203	3,561313
Senegal	-7,7695	-9,19133	-11,5796	-14,0719	-6,68613	-4,66747	=
Sere Leoa	-6,4464	-5,10132	-7,52811	-9,12987	-13,6176	-19,4626	-37,9222
Togo	-8,00302	-8,55022	-7,01659	-5,5855	-6,25531	=	=
CEDEAO- Média	-5,40622	-5,61142	-7,92277	-9,44076	-8,40383	-9,8218	-21,8312

Fonte: Elaboração próprio usando os dados de Banco Mundial 2013

Anexo II. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/1990-2010)

IDH	1990	2000	2010
Benim	0,358	0,42	0,435
Burkina Faso	0,29	0,325	0,305
Cavo Verde	0,626	0,715	0,538
Costa de Marfim	0,415	0,428	0,397
Gambia	=	0,405	0,39
Gana	0,506	0,548	0,467
Guiné Bissau	0,304	0,349	0,289
Guiné Conacri	=	0,414	0,34
Libéria	=	=	0,3
Mali	0,312	0,386	0,309
Níger	0,256	0,277	0,261
Nigéria	0,425	0,462	0,423
Senegal	0,38	0,431	0,411
Sere Leoa	=	0,275	0,317
Togo	0,465	0,493	0,428
CEDEAO-Media	0,394	0,423	0,374

Fonte: Elaboração próprio usando os dados de Banco Mundial 2013